PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

24/03/2026

CONSELHO FISCAL DO ÓRGÃO GESTOR DO REGIME DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 003/2026 – ATA 172ª

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e vinte e seis, às nove horas e trinta e cinco minutos, nas dependências da Paranaguá Previdência, situada na avenida Gabriel de Lara nº 1307, bairro Leblon, nesta cidade de Paranaguá/PR, estiveram presentes na centésima septuagésima segunda reunião ordinária do Conselho Fiscal do Órgão Gestor do Regime de Previdência Municipal, as conselheiras representantes dos segurados, as senhoras Zenilda Souza Costa Cruz e Jussimara Nascimento Fanini, o Conselheiro representante do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná - Sessão Paranaguá, senhor Osvaldo Inácio da Silva Junior, o conselheiro representante do Poder Executivo, o senhor André Rocha Smolarek e Jamil de Freitas Maria Junior, representante dos segurados, também participaram da reunião o Diretor Financeiro da Paranaguá Previdência, senhor Sidnei França dos Santos e a Diretora Administrativa, a senhora Luciana Martins Camargo da Paranaguá Previdência. **Pauta**: aprovação da **ATA** anterior, apresentação do relatório da posição financeira e de investimentos; apresentação das despesas mensais; assuntos gerais; dando início a reunião, a secretária executiva do conselho pergunta se todos os conselheiros fizeram a leitura prévia da **ATA**, enviada por e-mail e se há alguma observação ou objeção quanto as informações nela contida. Os conselheiros presentes dizem ter feito a leitura e que o conteúdo apresentado está de acordo com o debatido e/ou apresentado na reunião e votam pela aprovação da **ATA**. **Iniciando a reunião:** O diretor financeiro inicia a reunião fazendo a apresentação do relatório detalhado da carteira de investimentos, que referente ao mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, entregou um resultado de rentabilidade de R$12.075.310,62 (doze milhões, setenta e cinco mil, trezentos e dez reais e sessenta e dois centavos), rentabilidade acumulada no ano de R$31.918.298,65 (trinta e um milhões, novecentos e dezoito mil, duzentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos), pagamento de dividendos de R$3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais), Patrimônio Líquido (PL) acumulado em R$1.095.066.122,29 (um bilhão, noventa e cinco milhões, sessenta e seis mil, cento e vinte e dois reais e vinte e nove centavos). Com relação a meta atuarial, Sidnei informa que foi atingido 3,067% (três virgula, zero sessenta e sete por cento) da meta atuarial de 9,91% (nove virgula e noventa e um por cento), faltando o percentual de 6,8431% (seis virgula oito mil quatrocentos e trinta e um por cento) para ser atingido no decorrer do ano. O Diretor informa também que dos fundos atrelados a títulos públicos teve amortização/cupom no montante de R$1.771.903,57 (Um milhão, setecentos e setenta e um mil, novecentos e três reais e cinquenta e sete centavos). Com a nova **Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 5.272/2025,** fundos que fazem aplicação e resgate automáticos, como Caixa e Banco do Brasil, são fundos desenquadrados diante da resolução, exigindo novos credenciamentos nova análise. Em decorrência dessas mudanças o mecanismo de aplicação e resgate automático foi descontinuado, a ausência de automação diário resulta em um acumulo atípico de saldo em conta corrente ao final de período. Reiterou-se a orientação de que a manutenção de capital parado em

conta corrente é prejudicial, uma vez que o recurso não aufere rendimentos (juros). Esclareceu-se que a aplicação realizada no início de março justifica o volume expressivo na posição financeira na virada do mês. Continuando, na carteira esse mês teve amortização de juros, dois fundos que estão zerados foram totalmente resgatados devido à volatilidade, foram eles: Caixa BBR um fundo de BDRs e o do BB que é o ISG Global, não houve novos fundos e a previsão é de que isso não ocorra tão cedo. A estratégia atual deve se concentrar em títulos públicos, buscando maior estabilidade diante da incerteza do mercado internacional. Com a nova resolução Sidnei menciona que só pode aplicar em títulos direto ou em fundos cem por cento títulos públicos e que em conformidade com a nova resolução vigente, os fundos de Investimentos já constituídos poderão permanecer em sua configuração atual pelo prazo de até 2 anos, respeitando o período de transição estabelecido pela norma. No período analisado, o desempenho da carteira foi predominantemente favorável, evidenciando a eficácia das estratégias adotadas. Do total de 69 fundos, 63 fundos registraram rentabilidade positiva, enquanto apenas seis fundos apresentaram desempenho negativo**. Despesas Administrativas:** as despesas administrativas custeadas com a taxa de administração, teve o montante de R$504.514,14 (quinhentos e quatro mil, quinhentos e quatorze reais e quatorze centavos), nestas despesas constam pagamento de férias, o valor total de vencimento e vantagens fixas pessoal efetivo e comissionados foi de R$310.024,58 (trezentos e dez mil, vinte e quatro reais e cinquenta e oito centavos), o diretor financeiro demostra os valores dos benefícios pagos, que no Plano Previdenciário, aposentados (FP) foi de R$1.359.602,62 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e dois reais e sessenta e dois centavos), pensionistas (FP) R$486.409,19 (quatrocentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e nove reais e dezenove centavos). Sidnei continua a apresentação, informando que no plano financeiro, os valores pagos aos aposentados (FF) R$1.695.360,00 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil, trezentos e sessenta reais), pensionistas (FF) R$550.512,21 (quinhentos e cinquenta mil, quinhentos e doze reais e vinte e um centavos). Referente a concessão de aposentadorias e pensões, o diretor informa que foram concedidas no mês de fevereiro/2026, 04 (quatro) benefícios, sendo 01 (um) por idade, 02 (duas) por especial e 01 (uma) aposentadoria compulsória, sendo 01 do fundo financeiro e 03 do Fundo Previdenciário, no valor de R$14.798,54 (quatorze mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos). Na sequência Sidnei apresenta os processos licitatórios que estão em análise/abertos/finalizados e em andamento no mês de fevereiro/2026, que são 04 (quatro) por inexigibilidade: Empréstimo consignável em andamento, Congresso RPPS 2026: O que fazer?-finalizado, 21º Congresso de Pregoeiros – finalizado e 4º Congresso Nacional de Conselheiros e Gestores da ANEPREM - finalizado. **Dispensa de licitação**: são 05 (cinco) processos, sendo eles, 1-Empresa Especializada em cessão de uso Software de automação Financeira e demais sistemas-em andamento, 2-Aquisição de Equipamentos – Relógio Ponto com Tecnologia de Reconhecimento Facial-em andamento, 3-Aquisição de 03 Tokens Tipo A3 e A1- finalizada, 4-Manutenção das portas de vidro – em andamento, 5-Aquisição de Tela Interativa – em andamento. **Em análise**: Contratação de perícia médica, Contratação de Empresa Especializada em Manutenção e

PARANAGUÁ
PREVIDÊNCIA

Limpeza de Equipamentos de Ar Condicionado (incluindo peças e materiais necessário) e Contratação de Empresa para prestação de serviços Técnicos Jurídicos, Especializada em Direito Previdenciário, Administrativo e Cível. Dando continuidade à pauta, **Sidnei** abordou a situação do **Fundo Osasco**, reforçando que o ativo permanece em processo de liquidação. Na oportunidade, foi levada ao conhecimento dos presentes a resposta oficial do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)**, referente à demanda. Sidnei realizou a leitura integral da resposta do Tribunal (Processo nº 185880/25). A conselheira Zenilda solicitou os **Balancetes:** Informou-se que os balancetes de setembro a dezembro de 2025 e o Balanço Anual serão entregues na próxima reunião. Devido ao prazo do Tribunal de Contas, a prestação de contas foi encaminhada à Controladoria, sem o parecer prévio do Conselho Fiscal. **Plano de Ação 2026-2027:** A Sra. Ariana apresentou o Plano de Ação para o biênio 2026-2027. Após análise, o Conselho Fiscal elogiou a qualidade e a abrangência do trabalho, que detalha as atividades de gestão do RPPS, e deliberou pelo seu encaminhamento ao Conselho Deliberativo para aprovação final. **Pró-Gestão e Censo Previdenciário:** A Sra Ariana também apresentou o status das atividades do Pró-Gestão, com algumas etapas já concluídas. Como requisito obrigatório do programa, informou-se que será contratada uma empresa especializada para a realização do censo previdenciário (atualização de dados de ativos, inativos e pensionistas). **Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP):** A conselheira Zenilda questionou sobre o atraso na renovação do CRP e os riscos associados, como a suspensão de transferências voluntárias de recursos da União, impedimento de convênios e restrições a empréstimos. Essa irregularidade consta no CADPREV e que o Ente Federativo já esta ciente dessas informações, cabendo ao município as providências para a devida regularização. **Comissão de Reforma:** O Presidente da Comissão informou que os estudos para alteração da legislação e do regimento interno da Paranaguá Previdência estão em fase final. Uma posição definitiva será apresentada na próxima reunião, com previsão de encontro junto aos conselhos para o final de março.

Taxa de Administração: Aguarda-se o envio dos demonstrativos e cálculos detalhados para análise do Conselho Fiscal. Nada mais a ser discutido, foi determinado a mim Claudinéia Santos_____, lavrar a presente Ata que será assinada pelos presentes. A reunião do Conselho Fiscal foi encerrada as dez horas e cinquenta minutos.

Paranaguá, 24 de março de 2026.

CONSELHO FISCAL:

Zenilda Souza Costa
Representante dos Segurados – Titular
Presidente

Jamil de Freitas Maria Junior
Representante dos Segurados –
Titular

Jussimara Nascimento Fanini
Representante dos Segurados – Titular

André Rocha Smolarek
Representante do Poder Executivo
–Titular

Ali El Kadri
Diretor Presidente

Sidnei França Santos
Diretor de Finanças